

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Grandes

Temas da

Educação

Nacional 3

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Grandes Temas da Educação Nacional

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G752 Grandes temas da educação nacional 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Grandes Temas da Educação Nacional; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-233-3

DOI 10.22533/at.ed.33319

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.
I. Sousa, Ivan Vale de. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As práticas educativas partem das finalidades inseridas em cada ação e estabelecem as conexões necessárias no processo de ensino e aprendizagem. Este terceiro volume do livro *Grandes Temas da Educação Nacional* traz uma nova roupagem de ideias aos leitores, além de promover a mobilização de novos saberes.

Partindo dos objetivos de aprendizagem, este livro apresenta aos diversos leitores e interlocutores das ideias que aqui tomam formas, a estruturação de vinte e um trabalhos que trazem as características de seus autores, que ora transitam nas funções de pesquisadores, ora ocupam o lugar epistêmico de autores que interligam as conexões reflexivas com os diferentes contextos de uso.

No primeiro capítulo, o autor discute a relevância do letramento social a partir da produção do gênero textual carta pessoal realizada com alunos dos anos finais do ensino fundamental, apresentando os contextos de elaboração e as características de produção. No segundo capítulo, a discussão sobre letramento perpetua-se, agora na contextualização acadêmica e na modalidade da educação a distância, em um curso de Extensão de Redação Científica.

O terceiro capítulo preocupa-se na apresentação de um estudo sobre o processo de produção textual de alunos do curso de Letras da Universidade Estadual de Roraima, analisando como o processo de ensino-aprendizagem é estabelecido. As reflexões realizadas no quarto trabalho partem de uma análise comparativa da semântica em textos bíblicos, tendo como ponto de partida os conceitos de significado, os sentidos e as referências propostas no texto sagrado.

No quinto capítulo, o fenômeno semântico da polissemia é tomado como ponto de partida, tendo por base a análise de um livro didático do nono ano do ensino fundamental, como suporte diverso dos gêneros textuais. Os autores do sexto capítulo fundamentam-se na Lei nº 10.639/03, discutem os impactos nas formas de enxergar a imagem do sujeito negro, da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de educação do país.

O sétimo capítulo analisa seis itens da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo como ano de reflexão, a avaliação realizada em 2015, em que os autores examinam o vínculo com as respectivas competências de área. No oitavo capítulo, a autora apresenta uma proposta de investigação relativa à mediação como fomentadora da imaginação nas atividades de leitura e no empoderamento discente como sujeito autônomo e proficiente.

Os autores do nono capítulo aventuram-se na apresentação discursiva dos primórdios à Reforma Universitária do Ensino Superior no Brasil, partindo do período Brasil-Colônia à década de 60, utilizam-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo. No décimo capítulo, as perspectivas avaliativas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia de uma instituição federal do estado de Pernambuco são tomadas como foco de discussão e análise na prevalência do processo de formação do profissional

pedagogo.

As discussões do décimo primeiro capítulo investigam a atuação do profissional pedagogo em um hospital particular no município de Imperatriz, estado do Maranhão, fundamentando-se na pesquisa bibliográfica e investigação de campo. No décimo segundo capítulo compreendem-se os elementos presentes na formação inicial do pedagogo, além de contribuir na atuação do profissional na função de gestor escolar.

No décimo terceiro capítulo as questões referentes à inclusão são discutidas a partir da Lei nº 10.436/02 e do Decreto 5.626/05 que regulamentam a Língua Brasileira de Sinais nos cursos de licenciaturas e fonoaudiologia, considerando as especificidades da Comunidade Surda. O décimo quarto capítulo os autores investigam o papel da instituição escolar no processo de inclusão. Já décimo quinto capítulo inter-relaciona teoria e prática na formação docente para os contextos fundamental e médio na cidade de Monte Carmelo, no estado de Minas Gerais.

Os autores do décimo sexto capítulo propõem frutíferas reflexões mediante as identidades do homem caipira e do cowboy nas propagandas publicitárias, esclarecendo alguns estereótipos estabelecidos na constituição do sujeito. No décimo sétimo capítulo há uma descrição reconstitutiva da linha do tempo e histórica das áreas de Eletroterapia e da Estética como estratégia de ensino e aprendizagem do curso de Estética e Cosmética da Universidade de Fortaleza.

No décimo oitavo capítulo, as metodologias ativas são definidas e discutidas na aproximação com as Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramentas capazes de auxiliar o processo de compreensão das metodologias ativas. No décimo nono capítulo, além de descrever e comparar o novo modelo de recrutamento dos participantes do Grupo de Estudos Tecnológicos (GET) de Concreto à luz das atividades extracurriculares do curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade de Fortaleza propõe outras reflexões.

No vigésimo capítulo, os autores analisam como o Projeto Jovens do Semiárido tem colaborado no desenvolvimento às populações locais no interior do Piauí, além de estimularem o acesso ao conhecimento como maneira de empoderamento. Já no vigésimo primeiro e último capítulo a questão do plágio é o ponto de investigação, sobretudo na contextualização da mediação pedagógica.

Aos leitores e interlocutores deste livro são bem-vindas as interrogações e a ampliação dos múltiplos conhecimentos que podem ser produzidos pela multiplicidade reflexiva em que cada autor revela uma forma peculiar de discutir os assuntos que aqui tomaram forma e foram capazes de comunicar. Por fim, como organizador da identidade de *Grandes Temas da Educação Nacional*, desejo excelentes leituras e boas reflexões.

Prof. Me. Ivan Vale de Sousa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LETRAMENTO SOCIAL E CARTA PESSOAL NO ENSINO BÁSICO: CONTEXTUALIZAÇÃO E PRODUÇÃO	
<i>Ivan Vale de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333191	
CAPÍTULO 2	13
LETRAMENTO ACADÊMICO NA MODALIDADE EAD: DESIGN INSTRUCIONAL DE UM CURSO DE EXTENSÃO DE REDAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333192	
CAPÍTULO 3	19
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DE ALUNOS DO CURSO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	
<i>Evanilde Miranda de Freitas Guimarães</i> <i>Jairzinho Rabelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333193	
CAPÍTULO 4	34
A SEMÂNTICA EM TEXTOS BÍBLICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	
<i>Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333194	
CAPÍTULO 5	48
O FENÔMENO SEMÂNTICO DA POLISSEMIA ABORDADO POR UM LIVRO DIDÁTICO DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Livia Oliveira Biscotto</i> <i>Maria Cristina Ruas de Abreu Maia</i> <i>Maria Rita Francisca Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333195	
CAPÍTULO 6	60
A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM DO SUJEITO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS ANTES E APÓS A LEI Nº 10.639/03	
<i>Tatianne Silva Santos</i> <i>Tânia Regina Vieira</i> <i>Danilo Rabelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333196	
CAPÍTULO 7	80
OS CONHECIMENTOS REQUERIDOS PELO ENEM - O QUE AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BUSCAM MEDIR?	
<i>Claudia Helena Azevedo Alvarenga</i> <i>Tarso Bonilha Mazzotti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333197	

CAPÍTULO 8	95
ATIVIDADES MEDIADAS DE LEITURA QUE FOMENTAM A IMAGINAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO DISCENTE	
<i>Aline Salucci Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333198	
CAPÍTULO 9	102
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS À REFORMA UNIVERSITÁRIA	
<i>Emillia C Gonçalves dos Santos</i>	
<i>Roberta Oliveira Silva Graziani</i>	
<i>Yasmin Saba de Almeida</i>	
<i>Rafael Santos da Costa</i>	
<i>Caroline Brelaz Chaves Valois</i>	
<i>Boaz Ramos de Avellar Júnior</i>	
<i>Viviani Bento Costa Barros da Rocha</i>	
<i>Márcia Cristina Alves Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.333199	
CAPÍTULO 10	129
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUAS RELAÇÕES COM AS NOVAS PERSPECTIVAS AVALIAÇÃO	
<i>Ana Maria da Cunha Rego</i>	
<i>Ana Patrícia Soares Pessoa</i>	
<i>Silvio Gleisson Bezerra</i>	
<i>Maurício Ademir Saraiva de Matos</i>	
<i>Benôni Cavalcanti Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3331910	
CAPÍTULO 11	140
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM UM HOSPITAL PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ- MA	
<i>Steffany Santos da Silva</i>	
<i>Cleres Carvalho do Nascimento Silva</i>	
<i>Maria Claudia Lima Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3331911	
CAPÍTULO 12	149
O CURSO DE PEDAGOGIA E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR	
<i>Lucilene Schunck Costa Pisaneschi</i>	
<i>Luana Monteiro Maciel</i>	
<i>Rosemary Roggero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3331912	
CAPÍTULO 13	160
ALIBRAS COMO DISCIPLINA NOS CURSOS DE LICENCIATURA NO IFSULDEMINAS	
<i>Ísis Andressa Ribeiro de Araújo</i>	
<i>Mônica Ribeiro de Araújo</i>	
<i>Giovanna da Conceição Massafera Paiva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3331913	

CAPÍTULO 14 164

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO CARNEIRO DOS SANTOS PARA A COMUNIDADE SURDA DE MANAUS: UM CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL

Suelem Maquiné Rodrigues

Sara Vitor Magalhães

Allan Cerdeira Miranda

DOI 10.22533/at.ed.3331914

CAPÍTULO 15 175

FORMAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NA CIDADE DE MONTE CARMELO/MG - BRASIL

Rafael César Bolleli Faria

Natália Miranda Goulart

DOI 10.22533/at.ed.3331915

CAPÍTULO 16 183

DO CAIPIRA AO COWBOY: AS IDENTIDADES DO HOMEM DO CAMPO NAS PROPAGANDAS PUBLICITÁRIAS

Bruno Silva de Oliveira

Ítalo Rafael de Castro

Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3331916

CAPÍTULO 17 194

LINHA DO TEMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO EM CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

Aline Barbosa Teixeira Martins

Bárbara Karen Matos Magalhães Rodrigues

Mariza Araújo Marinho Maciel

Bruna Elaine Cabral Azevedo Ponte

DOI 10.22533/at.ed.3331917

CAPÍTULO 18 202

METODOLOGIAS ATIVAS, O QUE SÃO AFINAL?

Lin Shr Uen

Caroline Fernandes-Santos

DOI 10.22533/at.ed.3331918

CAPÍTULO 19 210

METODOLOGIA DE DIVULGAÇÃO, SELEÇÃO E TREINAMENTO DE DISCENTES PARA O GRUPO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS UNICONCRETO

Bruno da Silva Sales

Matheus Fontenele Rocha

Larissa Lima Melo

Davi Araújo Braga Brasil

Ivo Almino Gondim

DOI 10.22533/at.ed.3331919

CAPÍTULO 20	219
NOVOS PROTAGONISTAS DO SEMIÁRIDO: COMO A EDUCOMUNICAÇÃO TEM INFLUENCIADO A VIDA DE JOVENS NO INTERIOR DO PIAUÍ	
<i>Ben Rholdan Sousa Pereira</i>	
<i>Lourival da Cruz Galvão Júnior</i>	
<i>Monica Franchi Carniello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3331920	
CAPÍTULO 21	233
PROFESSOR NÃO É POLÍCIA DO CONTROL C INVESTIGANDO O PLÁGIO NA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	
<i>Silvana Aparecida Pires Leodoro</i>	
<i>Elisabeth dos Santos Tavares</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3331921	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	249

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO CARNEIRO DOS SANTOS PARA A COMUNIDADE SURDA DE MANAUS: UM CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL

Suelem Maquiné Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciências e
Tecnologia do Amazonas
Manaus – Amazonas

Sara Vitor Magalhães

Universidade Federal do Amazonas – UFAM,
Faculdade de Letras - Flet
Manaus – Amazonas

Allan Cerdeira Miranda

Centro Universitário do Norte – UniNorte
Manaus – Amazonas

RESUMO: Este artigo descreve de maneira detalhada o desenvolvimento da pesquisa intitulada por “O processo histórico-educacional bilíngue da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos e sua relação com a comunidade surda”, cuja finalidade é investigar qual o papel da referida escola para o fortalecimento da educação do povo surdo em Manaus. Neste sentido, foi realizado uma abordagem sociocultural e histórico educacional acerca do indivíduo surdo e da escola em questão, afim de alcançar subsídios pertinentes para a compreensão de que a surdez é tão somente uma diferença cultural, tendo assim sua própria forma de entendimento, assim como sua própria linguagem. Logo será visto ainda a notória relevância das escolas bilíngues, tendo como destaque e como objeto de estudo

a Escola Augusto Carneiro e todo seu aparato metodológico educacional desempenhado ao longo dos anos, cuja a trajetória educacional é exposta por meio de entrevistas concedidas por seus docentes e educandos de forma concisa e coerente. Todavia, pretende-se ainda compreender o bilinguismo não somente como o uso de uma linguagem particularmente da comunidade surda, mas também como uma ferramenta metodológica educacional, que quando aplicada promove profundas mudanças no que se diz respeito a formação acadêmica e social dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Histórico e Educacional. Bilinguismo. Comunidade Surda.

ABSTRACT: This article describes in detail the development of the research entitled “The bilingual historical-educational process of the State School Augusto Carneiro dos Santos and its relation with the deaf community”, whose purpose is to investigate the role of this school for the strengthening of education of the deaf people in Manaus. In this sense, a sociocultural and historical educational approach was carried out on the deaf individual and the school in question, in order to reach pertinent subsidies for the understanding that deafness is only a cultural difference, having its own way of understanding, as well as their own language. Soon, the notorious relevance of bilingual

schools will be seen, with emphasis being given to the Augusto Carneiro School and its educational methodological apparatus over the years, whose educational trajectory is exposed through interviews given by its teachers and concisely and coherently. However, it is still intended to understand bilingualism not only as the use of a language particularly the deaf community, but also as an educational methodological tool, which when applied promotes profound changes in what concerns the academic and social formation of students.

KEYWORDS: Historical and Educational Process. Bilingualism. Community Deaf.

1 | INTRODUÇÃO

Descreve-se nesse texto o desenvolvimento da pesquisa científica intitulada por “O processo histórico-educacional bilíngue da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos e sua relação com a comunidade surda”, a qual visa contribuir para o debate acerca da relevância da escola supracitada para a comunidade surda de Manaus, assim como também a necessidade de compreender a representação histórico-social dessa instituição para nossa cidade.

No ambiente escolar, nos apropriamos de diversos conhecimentos e nos fortalecemos como sujeito histórico, pois dentre os papéis da escola está a construção de saberes humanos e históricos, que contribuem para a formação de alunos capazes de refletir sobre a realidade do mundo e sua própria identidade. Assim, a Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos atua como sujeito ativo no fortalecimento da identidade surda. Desde 1982, contribui para a construção de alunos capazes de perceberem suas capacidades, serem autores da sua própria história e colaboram para uma sociedade mais justa e consciente.

2 | METODOLOGIA

Propõe-se, também, investigar a proposta e a metodologia do bilinguismo para os alunos surdos da escola. Fortalecendo a abordagem educacional voltada para o uso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2). O reconhecimento da Libras como L1 representa um grande avanço para o povo surdo. O reconhecimento de uma língua sempre contribui para fortalecer a cultura e a identidade de um povo, sendo o patrimônio linguístico um dos maiores pilares para a formação de uma cultura sólida e respeitada.

Para contribuição de uma abordagem contextualizada foram realizadas entrevistas, semiestruturadas, com a gestora da escola, uma professora de Língua Portuguesa e um aluno surdo que cursava o 9º ano do Ensino Fundamental. Respeitando todos os critérios solicitados para pesquisa de campo.

3 | A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-EDUCACIONAL DA ESCOLA DE SURDOS

Estudar a língua de sinais e seu papel na educação dos surdos, se apresenta por meio de uma complexidade proeminente, assim como também mobiliza debates fervorosos no que diz respeito aos métodos educacionais abordados nas instituições de ensino ao longo do tempo, tal como o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

E é justamente neste intento, que realizaremos então um breve apanhado no que diz respeito a educação de surdos ao longo do tempo, bem como as mudanças que houveram até os dias atuais. Para tanto, Strobel destaca que na Idade Moderna (a qual compreende o período de 1453-1789), por volta de 1500:

O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos da física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis; Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlanga e Pedro se tornou padre com a permissão do Papa. Ponce de Leon usava como metodologia a dactilologia, escrita e oralização. Mais tarde ele criou escola para professores de surdos. Porém ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte o seu método caiu no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos. (STROBEL, 2009, p. 16).

Vale destacar que neste período os surdos eram considerados incapazes de serem educados, eram impedidos ainda de possuir uma vida comum igual a de qualquer outra pessoa. Diante disso, o trabalho que Pedro Ponce de Leon desenvolveu em tal época, foi considerado de grande relevância na ocasião, pois além de fundar a primeira escola para surdos, ele também acabou por desenvolver um alfabeto manual, o qual permitia ao surdo soletrar palavras, letra por letra.

Strobel menciona ainda que por volta de 1755:

Samuel Heinicke (1729-1790) o "Pai do Método Alemão" – Oralismo puro – iniciou as bases da filosofia oralista, onde um grande valor era atribuído somente à fala, em Em ano de 1778 o Samuel Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig, inicialmente a sua escola tinha 9 alunos surdos. Em carta escrita à L'Épée, o Heinicke narra: "meus alunos são ensinados por meio de um processo fácil e lento de fala em sua língua pátria e língua estrangeira através da voz e com distintas entonações para a habitações e compreensão. (STROBEL, 2009, p. 18).

Nota-se então que o método utilizado por Samuel era especificamente o oralismo, pois no período era considerado como prioridade o ensino da linguagem oral como primeira língua as crianças surdas, já que acreditava-se que a utilização da língua de sinais poderia prejudicar a aquisição da linguagem.

Outro nome bastante conhecido neste período foi o de Charles Michel de L'Épée, este que de acordo com Strobel foi:

Uma pessoa muito conhecida na história de educação dos surdos, o abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas que

se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais. Procurou instruir os surdos em sua própria casa, com as combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada denominado de "Sinais metódicos". L'Epée recebeu muita crítica pelo seu trabalho, principalmente dos educadores oralistas, entre eles, o Samuel Heinicke. Todo o trabalho de abade L'Epée com os surdos dependia dos recursos financeiros das famílias dos surdos e das ajudas de caridades da sociedade. Abade Charles Michel de L'Epée fundou a primeira escola pública para os surdos "Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris" e treinou inúmeros professores para surdos. O abade Charles Michel de L'Epée publicou sobre o ensino dos surdos e mudos por meio de sinais metódicos: "A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos", o abade colocou as regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado pelo Pablo Bonnet e esta obra foi mais tarde completada com a teoria pelo abade Roch-Ambroise Sicard. (STROBEL, 2009, p. 18).

É válido destacar, que este período ficou conhecido como "Época de Ouro" para os surdos, devido as grandes contribuições que Charles Michel de L'Epée prestou à Língua de Sinais, não esquecendo ainda que até a sua morte, ele já tinha fundado 21 escolas para surdos na França e na Europa.

No que diz respeito a história educacional dos surdos no Brasil, está deu início com a deliberação de Dom Pedro II que competiu ao Marquês de Abrantes em organizar uma comissão com o intuito de promover a fundação de um instituto para a educação de surdos- mudos. Sendo assim no período de 1857 de acordo com Strobel, foi fundada a primeira escola para surdos no aqui no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro. Acerca disso o autor tece comentários expondo que:

Foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos", hoje, "Instituto Nacional de Educação de Surdos"– INES, criada pela Lei nº 939 (ou 839?) no dia 26 de setembro. Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Dezembro do mesmo ano, o Eduardo Huet apresentou ao grupo de pessoas na presença do imperador D. Pedro II os resultados de seu trabalho causando boa impressão. (STROBEL, 2009, p. 20)

Porém em 1869, o INES foi considerado um asilo de surdos após haver uma inspeção governamental, logo o cargo de diretor do mesmo foi assumido pelo Sr. Tobias Leite, a partir de então foi estabelecido a obrigatoriedade da aprendizagem da linguagem articulada e da leitura dos lábios, não sendo utilizado portanto a língua de sinais no referido instituto. Por meio do Congresso de Milão, a língua de sinais foi proibida por cerca de 100 anos, causando assim danos linguísticos, culturais e cognitivos irreparáveis para os surdos, difíceis até de serem superados nos dias atuais, pois esta proibição ecoa viva na memória de toda a comunidade surda contemporaneamente. Referente a este acontecimento, Strobel contribui ao dizer que:

Realizou-se Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, onde o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos

e a língua de sinais foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruíria a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são "preguiçosos" para falar, preferindo a usar a língua de sinais. O Alexander Graham Bell teve grande influência neste congresso. Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro (a maioria já havia empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos). Na ocasião de votação na assembleia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. (STROBEL, 2009, p. 22)

É importante salientar que foi apenas em 1981, que a Língua de Sinais voltou a se fazer presente na vida dos surdos, e isso ocorreu mediante a criação do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, instituído pela Organização das Nações Unidas.

Amaral ressalta ainda que há:

[...] duas épocas distintas em relação ao estudo do desenvolvimento cognitivo das crianças surdas: uma que vai até 1960 e outra que decorre entre essa data e o presente. A primeira época caracteriza-se essencialmente pelo fato de os investigadores considerarem a criança surda destituída de linguagem, logo, olhavam seu desenvolvimento cognitivo como uma via privilegiada para o estudo dos fenômenos da mente na ausência da linguagem e da função sensorial auditiva. (AMARAL, 2008, p. 1)

Neste sentido, verifica-se portanto que foi em meados de 1940 à 1960 que foram então realizadas pesquisas e testes que pudessem comprovar a veemência dos fatos supra citados, ou seja, evidenciar e ratificar o possível déficit cognitivo dos surdos. No que se refere a essa proibição do uso da língua de sinais e o imperialismo do oralismo sobre está, Amaral expõe que:

Se por um lado alguns investigadores se encontravam arredados do mundo e da realidade dos surdos, esperar-se-ia que os pais e os professores, a mercê do seu envolvimento direto com os surdos, apresentassem uma atitude diferente. Porém, a maioria dos pais ouvintes, que durante os primeiros anos de vida da criança, tinham conseguido uma comunicação familiar ainda que rudimentar com seus filhos surdos, deparavam-se com a proibição dessa comunicação logo que a criança entrava para a escola, uma vez que pretendia ensinar às crianças surdas a língua da comunidade falante envolvente, tendo em vista sua futura integração nessa mesma sociedade maioritariamente envolvente. (AMARAL, 2008, p. 3)

Para tanto, observa-se que a imposição da linguagem em sua modalidade oral (como L1) aos surdos nas instituições de ensino, só ressaltavam os relatos dos pesquisadores por meios dos resultados escolares obtidos, pois para esses estudiosos segundo Amaral de acordo com tais resultados, (2008, p. 4), “os surdos apresentavam uma inteligência abaixo da média, um baixo nível de domínio de linguagem e um baixo desenvolvimento global educativo e cognitivo”. Logo não se compreendia que o problema estava na imposição do uso linguagem oral ao surdo como primeira língua,

sendo assim não tratava de alunos surdos com baixo desenvolvimento de inteligência, ou baixo desenvolvimento cognitivo, o erro estava em não permitir que o surdo fizesse uso de sua linguagem natural, a Língua de sinais.

3.1 O Letramento e o Aluno Surdo

O letramento é um conceito utilizado para nomear diversas facetas do uso da escrita nas práticas sociais, compreendendo o sentido de um texto de acordo com o contexto ao qual está inserido. Letramento não é alfabetização, mas a alfabetização é uma das práticas do letramento, que envolve também a interpretação e a vivência com linguagens não-verbais e oralidades. O letramento na educação de surdos apresenta suas particularidades e enfrenta grandes desafios. Pois esbarra na aceitação de Libras como primeira língua (L1), para os surdos, pela comunidade ouvinte. Lodi faz uma explanação:

O primeiro ponto refere-se ao fato de os surdos serem usuários de uma língua distinta da língua da maioria ouvinte- A Língua Brasileira de Sinais (Libras)-apesar de a experiência mostrar que esse uso ainda não pode ser estendido a todos os sujeitos surdos, e que ele se apresenta em diferentes níveis de domínio e conhecimento. Observamos que muitos surdos não tem acesso à Libras, desenvolvendo uma comunicação gestual caseira utilizada para fins de satisfação de necessidades e relatos de acontecimentos familiares. Esses sujeitos, ao serem expostos a ela, não diferenciam, Inicialmente do português, tratando-a como uma representação gestual da língua falada, fato que acarreta desvalorização da Libras por conceberem-na como Língua de menor valor pelo fato de não ser conhecida e utilizada pelos ouvintes. (LODI, 2012, p.13)

Outro grande desafio enfrentado é a questão da Língua Brasileira de Sinais não apresentar um sistema definido de escrita. Como traz aos nossos olhos, Lodi:

Uma outra questão, que se soma à anterior, é o fato da não existência de um registro escrito da Libras, o que acarreta mais um fator de desvalorização social da língua, muitas vezes, a consideração dessa como inferior ou incompleta. (LODI, 2012, p.14)

Diante desses desafios, fica mais evidente a necessidade de profissionais que tenham domínio da Libras para executar o letramento e a educação de surdos, pois será sua postura e sua prática docente que irá construir a significação dos diversos conteúdos em Libras (L1) para, então, quando necessário partir para escrita em Língua Portuguesa (L2). Um dos grandes desafios enfrentados pelos alunos surdos é a leitura e a escrita em Língua Portuguesa, mesmo em escolas bilíngues.

Como percebemos na entrevista do aluno C, quando questionado sobre a disciplina que ele considera mais difícil no currículo escolar: Mais difícil é Língua Portuguesa, não é que eu não goste é que, eu como surdo, me esforço para estudar.

É o meu objetivo futuro, é bom para minha vida, para minha comunicação fora... para escrita. É muito importante o português, porque eu sou uma pessoa bilíngue. (C, AGOSTO, 2014)

Construir uma atividade significativa da leitura e da escrita, fugindo da velha visão de leitura como atividade de reconhecer palavras e da escrita como ato de copiar, cabe ao profissional de Libras, juntamente com os demais educadores, ajudar a traçar estratégias de letramento para essa minoria linguística.

3.2 O Contexto Histórico da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos

De acordo com o Projeto Político Pedagógico disponibilizado pela Escola Estadual Augusto Carneiro Santos, no que se refere ao histórico da referida instituição, foi observado que a escola pertence ao Distrito Escolar Sul, foi criada pelo decreto nº 6331 de 13 de maio de 1264 1982, especificamente para atender alunos surdos em cumprimento aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e demais instrumentos legais.

As atividades escolares se iniciaram em maio de 1982, com 150 alunos matriculados, nos turnos: matutino, vespertino e noturno na faixa etária de 4 a 25 anos, sob a direção da professora Terezinha da Silva Barroso, a qual permaneceu até agosto de 1984, passando a direção para a professora Solange Aparecida Bezerra Viana que deixou o cargo em junho de 1985, de acordo com a portaria GS de nº 1005/85 datada de 10.07.85, assumiu em seu lugar a professora Haydeê dos Santos Carneiro, permanecendo no cargo até a presente data.

Ao iniciarem as atividades, a referida escola funcionou na rua 7 de setembro nº 1801, mudando em março de 1983 para a escola Aristóteles Comtes de Alencar, à avenida Beira Rio nº 500, coroadó III onde funcionou até agosto de 1984, transferindo-se para rua Miranda Leão, onde ficou até setembro de 1988, mudando em seguida para a rua Tapajós s/nº Centro, permanecendo até novembro de 2002 e atualmente funciona em um prédio próprio a Avenida Joaquim Nabuco nº 2274 Praça 14 de janeiro.

Atualmente, a escola funciona com 153 alunos, divididos nos dois turnos assim distribuídos:

MATUTINO – Ensino Fundamental (1a ao 5a ano) com 59 alunos.

VESPERTINO – Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com 94 alunos.

A estrutura pedagógica e administrativa está composta de 01 diretora, 02 apoios pedagógicos, 38 professores, dos quais 03 são surdos, como curso na área de atuação, 01 secretaria, 11 funcionários e 04 estagiários.

Como patrono da escola, foi escolhido pelos seus méritos e educador o professor Augusto Carneiro dos Santos que desenvolveu suas atividades nas escolas da rede pública e particular de ensino.

Em 1922 foi removido para Manaus onde exerceu o magistério na Escola Regimental da Polícia militar, Escola preparatória, Escola Preparatória, Escola normal, Colégio Dom Bosco e Escola Comercial Rui Barbosa. Lecionava de preferência Geografia e História do Brasil e da Civilização. O respeitado professor nasceu em Portugal no dia 25 de janeiro de 1890, porém foi registrado no Brasil – Amazonas.

Faleceu aos 79 anos no dia 17 de outubro de 1969.

A escola se justifica por atender aos preceitos legais, que regulamentam o funcionamento do ensino no país como a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. Sendo uma instituição específica para atendimento de alunos surdos, temos também como parâmetro de prática de ensino a lei 10. 436/2002 e o decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, o qual prevê: §1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade da língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Neste sentido a escola configura-se por uma escola bilíngue, a qual tem como língua 1 e língua Brasileira de Sinais e como Língua 2 a língua portuguesa na modalidade escrita. Com a finalidade de atender as especificidades linguísticas indenitárias culturais da pessoa surda.

4 | RESULTADOS DA DISCUSSÃO: A PROPOSTA BILÍNGUE DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO CARNEIRO DOS SANTOS

A língua oficial do Brasil é a Língua Portuguesa, no entanto é amplamente aceito e divulgado que existem diversos grupos falantes de outras línguas, diversas minorias linguísticas nesse país. Muitas vezes, essa ideia de língua oficial contribui para uma percepção inadequada de que as demais línguas não seriam válidas ou importantes.

Em outros termos, a ideia equivocada é de que uma língua leva ao não uso da outra e, nesse caso, "subtrai". Assim não é incentivado o ensino de línguas com qualidade, não é trazido para dentro do espaço escolar a multiplicidade linguística brasileira. (QUADROS, 2012, p.188)

Durante muito tempo, essa percepção limitada atrapalhou as implementações da educação bilíngue para os surdos, forçando-os a uma educação nos moldes oralistas, que tendem a um modelo terapêutico como uma —recuperaçãooll do —deficiente auditivoll, na tentativa de adaptá-lo para realidade dos ouvintes. Essa é uma prática insuficiente, pois dessa maneira não é desenvolvida a linguagem nos surdos, levando-os, muitas vezes, a desenvolver um atraso na vida escolar.

Esse fato ficou confirmado durante a fala da entrevistada A, gestora da Escola Augusto Carneiro dos Santos, quando questionada sobre as mudanças que ocorreram após a escola não utilizar mais o método oralista, ela menciona:

Então... com certeza, para nós, que já passamos por outras abordagens, trabalhamos a oralização, a comunicação total, quando chegou a Libras e começamos a trabalhar, nós observamos que houve um avanço muito grande tanto para os alunos no processo de ensino e aprendizagem, porque a partir do momento que os alunos observaram que nós, enquanto profissionais, estávamos querendo aprender a língua deles. Isso abriu um leque muito grande de interesse dos alunos e também dos professores porque naquele período que a gente trabalhava as outras

metodologias, as outras maneiras, as outras abordagens, os alunos passavam praticamente dois anos numa série, um ano no mínimo dois anos, nunca passavam menos de dois anos... Então isso veio contribuir para que avançasse, porque a partir do momento que nós começamos a trabalhar com o bilinguismo passamos a trabalhar somente uma vez, o aluno faz uma série por ano. Então isso ajudou muito. (A, AGOSTO, 2014)

Tendo como fator principal o fato da língua de sinais ser a língua adquirida de forma natural pelo surdo, a proposta bilíngue busca esse direito da criança surda ter acesso à educação em Libras, como sua primeira língua (L1). Repensando e adequando uma proposta educacional que atenda à realidade linguística do aluno surdo.

Sendo tarefa diária, a busca da valorização do ensino bilíngue com o uso significativo da língua de sinais e da língua portuguesa, ou seja, fazer o uso de dois sistemas diferentes de linguagem, não priorizando uma em detrimento da desvalorização da outra, mas, sim, estimulando a construção de saberes a partir da percepção das diferenças na construção de significações na mente dos usuários.

De acordo com esse direcionamento, a Escola Augusto Carneiro norteia suas práticas didáticas, como afirma a entrevistada A:

Então, na verdade os professores trabalham nas duas línguas: a língua de sinais como primeira língua, que é óbvio porque é a língua natural do surdo, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Então o professor -- -- é uma questão muito grande que nós temos que a pessoa, que o professor -- -- que venha trabalhar na escola, ele tenha o conhecimento da Libras porque senão como é que ele vai trabalhar, direcionar o trabalho? Então fica muito difícil o relacionamento e o entendimento entre professor e aluno. E aí o professor, obviamente, tem que trabalhar a Libras, dando as atividades dele por meio da Libras, para que o aluno tenha o entendimento. E entra a língua portuguesa na modalidade escrita porque o mundo que nós vivemos é um mundo de ouvintes e então não podemos dizer que o aluno surdo só vai aprender a língua de sinais, ele tem obviamente que aprender a língua portuguesa na modalidade escrita [...] que é dever da escola está preparando esse aluno[...] (A, AGOSTO, 2014)

A escola bilíngue deve ser um referencial para toda a comunidade surda, estar atenta às necessidades desse povo, fazer uso de novas tecnologias que proporcionem o aprendizado por meio de outras linguagens, que isso se transforme em instrumentos de apropriação de conhecimentos que contribuam para sua formação pessoal e profissional dos alunos.

Como esclarece a entrevistada B, professora de Língua Portuguesa da Escola Augusto Carneiro dos Santos e uma das responsáveis pela elaboração do currículo bilíngue da escola:

[...] privilegiamos o visual. Então, recursos como computador, lousa digital e notebook são extremamente importantes...quando não se tem o recurso tecnológico, usamos o papel, o visual, desde que haja realmente esse estímulo visual para o aluno... porque se for só texto sem nenhum recurso, não há atrativo e a aprendizagem fica um pouco defasada. (B, AGOSTO, 2014)

A construção de uma proposta bilíngue em uma escola para surdos é um ato político, educacional e social contínuo, pois essa escola deverá ser um ambiente de construção de significados, dialogando com as situações reais dos alunos. Assim, deve ser um ambiente de fortalecimento dos aspectos sociais e individuais de cada um. A professora entrevistada B, destaca o papel da escola:

A escola Augusto Carneiro dos Santos tem a suprema importância para a comunidade surda "porque aqui é a referência de ensino para eles, porque é a única escola na cidade que utiliza a metodologia bilíngue de fato... tendo a língua brasileira de sinais como L1 e a língua portuguesa como L2. Eles se sentem aqui como se fosse realmente a casa deles. É um papel social importante, além do pedagógico. Ela é importante, exerce esse papel de sociabilidade para eles. (B, AGOSTO, 2014)

Diante do exposto, tem-se a pretensão de conscientizar, cada vez mais, sobre a proposta bilíngue para os alunos surdos. Através de práticas e mobilizações que fomentem essa realidade educacional que vai ao encontro das necessidades e anseios do povo surdo. Levando em consideração os diferentes aspectos da Língua Portuguesa e da Língua de Sinais, que possibilite aos alunos serem sujeitos de suas histórias e que seja celebrado o respeito à diferença e à identidade.

5 | CONSIDERAÇÕES

Na perspectiva de investigar o papel da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, para o fortalecimento da educação do povo surdo em Manaus, foi averiguado que a escola assume papel fundamental, no que diz respeito a ascensão e desenvolvimento do seu aluno enquanto cidadão, oportunizando de tal modo a possibilidade de ser um cidadão ativo e ou participativo na sociedade, conhecedor de seus direitos e deveres e reflexivo diante das situações cotidianas.

Deste modo não é simplesmente tomar para si a função de interação do conhecimento, mas também a de instituição comprometida, que valoriza o ser humano e deseja vê-lo plenamente desenvolver suas potencialidades, assim como também buscar enfatizar e valorizar em suas atividades a autoestima, a cultura, os valores e crenças dos alunos.

Constatamos também que a referida escola busca desenvolver uma educação bilíngue, com condições para o desenvolvimento moral e intelectual do aluno. Pois por meio do uso majoritário da Língua Brasileiras de Sinais e o uso da Língua Portuguesa escrita como segunda língua, o sujeito surdo irá adquirir aprendizagens significativas, conhecimentos que lhes possibilitem enfrentar os desafios do cotidiano como cidadão, para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária, tornando-se portanto autor do seu próprio conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Augusta Gomes Conde. **Modelo de Educação e Ensino Bilíngue para Surdos.** In: Moura, Maria Cecília de; VERGAMINI, Sabine Antonialle Arena; CAMPOS, Sandra Regina Leite de. (Org.). Educação para Surdos: Práticas e Perspectivas. Livraria Santos Editora, 2008.

LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de. **Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades do contexto educacional.** In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; MELO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulalia. (Org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.p. 11-24.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997. QUADROS, Ronice Müller de. O —Bill em bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; MELO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulalia. (Org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.p.187-200.

RIBEIRO, Veridiane Pinto. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas.** 1º Edição. Curitiba: Prismas, 2013.

STROBEL, Karin. **História da educação.** Florianópolis: UFSC, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-233-3

